

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Cade apertará cerco a cartel de combustível](#) 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Cade apertará cerco a cartel de combustível	2
Título: Para Aneel, distribuidoras da Eletrobrás são ‘insustentáveis’	3
Título: Privatização da Eletrobrás está moribunda	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: ‘Não há perigo de uma ação eleitoreira’	5
Título: Derrotas a caminho	8
Título: PSB vê Barbosa alinhado à sua diretriz econômica	10
Título: Neoenergia eleva proposta para compra da Eletropaulo	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Decreto pode atrasar venda da Eletrobrás	12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bárbara Nascimento e Eliane Oliveira****Título: Cade apertará cerco a cartel de combustível**

Governo quer apurar por que a redução do preço da gasolina não chega às bombas

-Brasília- O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) resolveu apertar o cerco aos cartéis de combustíveis e vai monitorar o setor de forma preventiva e permanente. O presidente do Cade, Alexandre Barreto, disse ao GLOBO que as ações já estão em andamento e que divulgará em breve os resultados de um monitoramento de preços em âmbito nacional. O movimento é uma resposta ao pedido do Palácio do Planalto, feito em fevereiro, para que o conselho verificasse se um possível cartel não estaria impedindo que as reduções nos preços do petróleo repassadas pela Petrobras chegassem às bombas.

— Vamos criar um mecanismo para verificar, em âmbito nacional, a possibilidade de indícios de coordenação de preço, em parceria com outros órgãos da administração pública. (...) Nossa expectativa é muito em breve ter os resultados concretos desse monitoramento. A nossa ideia é que isso passe a ser permanente — disse Barreto.

A permanência dos preços de combustível em patamar alto incomodou o governo. Por isso, o então ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Moreira Franco**, pediu que o Cade agisse. Barreto negou que a atitude do Planalto tenha colocado o conselho em posição delicada e assegurou que o Cade respeita o livre mercado.

— Quando nos foi trazida essa preocupação do governo, isso casou com uma expectativa que já tínhamos de ter uma ação mais forte nesse sentido. É importante esclarecer: não cabe ao Cade regular preços de combustível na bomba e nunca foi. Aliás, não cabe nem ao governo, porque o preço é livre. Mas é atribuição do Cade, sim, verificar se entre os postos há conduta de coordenação dos preços — afirmou ele.

Barreto ainda informou que o conselho não foi notificado sobre a fusão entre Suzano e Fibria, que cria uma gigante no segmento de celulose. Ele destacou contudo que, diante do tamanho das empresas, esse será um caso em que o Cade terá que atuar em conjunto com órgãos antitruste de diversas partes do mundo. O presidente defendeu ainda os efeitos positivos da operação Lava-Jato

para o combate a práticas anticompetitivas, especialmente no setor de licitações.

— Um dos grandes benefícios que podemos tirar da Lava-Jato foi a constatação de como se operou durante muitos anos um esquema sistematizado de cartel em licitações.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Para Aneel, distribuidoras da Eletrobrás são 'insustentáveis'

Para agência, privatização de empresas atende ao interesse público

-Brasília- As distribuidoras de energia da Eletrobrás que operam no Norte e no Nordeste do país são "insustentáveis"; a continuidade da prestação dos serviços por elas está "inviável", e a privatização dessas empresas é a "alternativa que melhor atende ao interesse público"! A avaliação é da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em ofício enviado à comissão do Congresso que analisa a Medida Provisória 814, que trata da venda das empresas.

A Eletrobrás decidiu vender em 2016 as distribuidoras de energia que atuam nos estados do Acre, Amazonas, Piauí, Alagoas, Roraima e Rondônia. Altamente deficitárias, a desestatização dessas empresas é considerada fundamental para o sucesso da privatização de todo o Grupo Eletrobrás.

"Historicamente, as distribuidoras (da Eletrobrás) vêm prestando serviços abaixo da qualidade definida pela Aneel a seus consumidores. Além disso, sob o ponto de vista de sustentabilidade do negócio de distribuição, os prejuízos causados pela ineficiência operacional e elevados patamares de perdas tornaram a continuidade da prestação do serviço inviável", diz trecho do ofício assinado pelo diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino.

As subsidiárias da Eletrobrás estão entre as empresas com piores desempenhos no ramo da distribuição com relação às perdas decorrentes de fraude, furto de energia elétrica e erros comerciais, segundo a Aneel. O resultado se reflete nos números das empresas. No fim de 2016, havia R\$ 3 bilhões de dívidas registradas no sistema de inadimplência da Aneel em nome dessas empresas. São débitos decorrentes da compra de energia e do pagamento de encargos e multas aplicadas pela agência reguladora. O valor, no entanto, não inclui dívidas junto ao Fisco e a fornecedores, empreiteiras e prestadores de serviço.

GASTOS DE R\$ 3,75 BILHÕES

Somente no ano de 2016, os prejuízos contabilizados superaram R\$ 7,3 bilhões. Os prejuízos totais acumulados pelas seis distribuidoras da Eletrobrás no Norte e no Nordeste somavam, no fim de 2016, R\$ 25 bilhões. "Com tais resultados, é possível imaginar as dificuldades para investir e melhorar a qualidade. A ineficiência tornou as concessões insustentáveis", informa o documento.

A venda das distribuidoras chegou a ser prevista para o fim do ano passado, mas o processo enfrentou diversos adiamentos. O leilão chegou a ser programado para maio, mas o Tribunal de Contas da União (TCU) pediu mais tempo para analisar o edital, e a expectativa agora é que a licitação ocorra em junho.

Desde que a Eletrobrás decidiu vender as empresas, elas passaram a receber R\$ 202 milhões por mês para manter os serviços. O dinheiro é pago por todos os consumidores de energia do país, por meio da conta de luz. Até fevereiro deste ano, R\$ 3,75 bilhões em recursos dos consumidores já foram usados para preservar a continuidade do serviço nesses estados, segundo a Aneel.

O decreto do presidente Michel Temer que inclui a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND) — passo necessário para a contratação dos estudos sobre a privatização — foi publicado ontem no Diário Oficial da União. O texto condiciona as análises à aprovação pelo Congresso do projeto de lei com as regras para a operação, o que pode colocar em risco os planos do governo de privatizar a empresa neste ano. Mesmo assim, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que continua sendo viável fazer a emissão de ações em novembro ou dezembro se o projeto de lei for aprovado até meados do ano: "A publicação do decreto presidencial incluindo a Eletrobrás no PND é positiva para o andamento do processo de capitalização da empresa".

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Privatização da Eletrobrás está moribunda

O apoio à ideia da privatização da Eletrobrás foi proporcional à descrença na possibilidade de o governo Temer conseguir viabilizar este necessário projeto no Congresso. O que era previsto fica cada vez mais incontornável. Não se discute, de forma séria, que não seja necessária a venda do controle da estatal, desequilibrada de forma estrutural pelo intervencionismo populista da presidente Dilma Rousseff, para forçar, na base "da vontade política", um corte de 20% nas tarifas, a fim de servir de cabo eleitoral na campanha da reeleição, em 2014. Inviabilizou a empresa sob controle estatal. Sem que o Tesouro, abalado de maneira grave pelos desatinos macroeconômicos da política do

“novo marco”, possa socorrer a empresa — como seria praxe, embora equivocado —, o único caminho lógico é a venda do controle da Eletrobrás, pela oferta de ações de posse da União.

Aqui não está em questão ideologia, mas a necessidade vital de atrair para o setor elétrico grupos privados em condições de arcar com um programa de investimentos pesados e constantes. Estancá-los é decretar apagões e uma recessão para logo à frente, com a eternização de um ciclo de muito baixo crescimento. Sem energia, não se vai a qualquer lugar. Vender o controle da Eletrobrás é um projeto certo em um governo errado, esvaziado de poder pelas denúncias da Procuradoria-Geral da República contra o presidente, e por evidências de relações antirrepublicanas com empresários. Temer e seu grupo conseguiram barrá-las na Câmara, mas, para isso, gastaram todo o capital político que tinham.

Não conseguem negociar, de uma posição de força, a aprovação no Legislativo da privatização da Eletrobrás. Por ironia, usada muitas vezes pelo próprio MDB de Temer para acertos fisiológicos, por meio de nomeações sem critérios profissionais. É esta cultura que se volta contra a proposta do próprio governo. Levantamento feito pelo “Estadão/Broadcast” sobre a influência política em nomeações nas principais subsidiárias da empresa detectou que a Lei das Estatais tem sido burlada de forma simples: os nomeados reúnem currículo e experiência, mas são apadrinhados por políticos.

Era assim na diretoria da Petrobras que atuou no assalto à empresa associada ao PT, PP, PMDB e outros aliados. Entre os padrinhos, na Eletrobrás, há deputados e senadores do MDB, DEM, PP, PSB, PSDB e PSD. É conhecida a bancada mineira em que o tucano Aécio Neves se bate para manter Furnas sob o controle da política de Minas. Já seria difícil se Temer ainda tivesse poder para pressionar a bancada dita aliada. Agora, impossível. Esses políticos preferem manter sob o alcance uma empresa do tamanho da Eletrobrás, para praticar o clientelismo e conseguir recursos para campanha, agora exclusivamente pelo caixa 2. Se faltará energia em algum momento, não consideram problema deles, mas do Estado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes e Idiana TomazeUi / Brasília

Título: ‘Não há perigo de uma ação eleitoreira’

Entrevista : Esteves Colnago, ministro do Planejamento

Segundo ministro do Planejamento, governo quer estimular os investimentos, não o consumo

Defensor da liberação irrestrita do dinheiro do PIS/Pasep, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que não há risco de o governo fazer uma "ação eleitoreira" para a economia deslanchar. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, ele explica como a equipe econômica tentará tirar do papel o uso do FGTS como garantia a empréstimos consignados - o que pode destravar R\$ 18 bilhões em crédito novo.

- A recuperação está mais lenta do que sonhava a equipe econômica. O governo passou a apoiar a liberação total do PIS/Pasep. Há uma preocupação de que seja uma ação eleitoreira...

Não tem o menor perigo de a gente caminhar para uma ação eleitoreira como em anos anteriores. O que estamos fazendo é dar uma possibilidade de as pessoas terem acesso a uma poupança que é delas.

- Isso pode ajudar no consumo?

Pode. Imaginamos que um pedaço considerável será utilizado para o pagamento de dívida. Agora, isso não muda a trajetória.

- Há críticas de que o governo está estimulando o consumo e não os investimentos. Como o sr. vê isso?

Na realidade, o governo está estimulando os investimentos. Tem um conjunto muito grande de concessões, de projetos do PPI (Programa de Parceria de Investimentos). Estamos tentando empreender um conjunto muito grande de marcos regulatórios. O governo está buscando manter o cenário que o Brasil nunca teve de taxas de juros muito baixas para as nossas realidades. Temos uma estabilidade cambial razoável. Estamos ali dentro de um range de variação cambial razoável. Você não tem mais aquelas estilingadas para cima.

- Por enquanto, né?

Depende muito do cenário internacional.

- E da eleição?

O cenário está conturbado já há um bom tempo e está precificado. Mas o mercado está tendo um bom comportamento. Ele reage mais quando tem um coisa externa do que interna. O governo vem se esforçando para criar um ambiente para que haja investimento. Agora, saímos de uma recessão muito forte. Temos uma capacidade ociosa elevada e a ser ocupada, e os

investimentos demandam tempo para se realizarem. Uma coisa não compete com a outra.

- Há frustração com a recuperação mais lenta?

A grande frustração seria não ter crescimento. O crescimento é muito bom. Se crescermos sistematicamente em torno de 2,5% é fantástico. O ruim é crescer 2%, 3%, 4% e 5% e pum, cair durante dois, três anos. É melhor crescer de forma consistente e não necessariamente numa magnitude tão elevada, mas crescer sempre.

- Vem aí mais alguma bondade?

O que podíamos tentar colocar em prática é o consignado privado. O consignado foi o único que não conseguiu deslanchar. Ele gira num volume baixo que em grande parte deve ser com empregado de empresa estatal, que tem uma estabilidade maior e os bancos se sentem confortáveis. Como o banco não tem segurança em relação à estabilidade (do trabalhador privado), ele tem maior dificuldade de fazer o empréstimo. O banco tem uma segurança porque a pessoa tende a continuar nesse emprego e com o salário. Hoje os bancos não têm essa dinâmica de reservar os 10% e apartar esses 10% para serem usados em caso de inadimplência. Essa dinâmica de comunicação de todos os agentes bancários acessarem e terem a informação de quanto ela tem de crédito.

- Qual seria o impacto?

O consignado hoje movimenta R\$ 18,5 bilhões, mas os tomadores são, na grande maioria, empregados de empresas estatais. Estimativas iniciais apontam para mais R\$ 18 bilhões com essa regulamentação que vai permitir o uso do FGTS como garantia.

- Essa demora em destravar o FGTS como garantia do consignado é reflexo de alguma resistência na Caixa?

O jurídico da Caixa demorou a amadurecer para falar que consegue reservar esses 10% que a lei dispõe sem ferir outros dispositivos legais. E também teve uma construção dos próprios bancos. Como um banco que está emprestando lá na ponta, que não é a Caixa, se comunica com a Caixa, operadora do FGTS, para falar "bloqueia esses 10%"? E como a Caixa responde "olha, não posso bloquear porque outro banco já pegou"? Tem toda uma comunicação. O banco precisa ter segurança de que o dinheiro não vai ser pego por outro banco e que não vai ser sacado por outros motivos.

- Há críticas às declarações da equipe econômica de que o fiscal de 2018 está resolvido, mesmo sem a venda da Eletrobrás este ano. O fiscal está resolvido?

Está não. Obviamente, temos uma preocupação muito grande com o fiscal, e isso permanece. Estamos buscando aprovar Eletrobrás, não só pelo fiscal, mas principalmente pelo que a Eletrobrás pode ser se ela tiver acionista com capacidade de investir nela, e a União não tem. Estamos discutindo cessão onerosa (das áreas de exploração do pré-sal) com muita boa vontade porque ela pode ser uma senhora ajuda não só para este ano, mas eventualmente para os próximos exercícios, dependendo da modelagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Derrotas a caminho

Não será nenhuma surpresa uma movimentação de lideranças da base do Congresso para impor nova e importante derrota à equipe econômica. Crescem as críticas à falta de diálogo com os líderes dos partidos aliados ao presidente Michel Temer.

Os parlamentares reclamam que o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, ainda não chamou nem mesmo para uma conversa as lideranças da Câmara. Uma praxe entre os muitos salamaleques da burocracia parlamentar de Brasília.

Foi a deixa para a insatisfação chegar ao ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun. Os parlamentares ensaiam uma derrota ainda maior do que a derrubada dos vetos presidenciais das dívidas rurais, no final de março, que vão custar R\$ 13 bilhões só em 2018 e que ainda não é assunto resolvido, já que o governo não tem Orçamento para bancar essas perdas.

Recado político já foi dado na votação nesta semana do projeto que altera as regras do cadastro positivo na Câmara dos Deputados. Por pouco, o governo não fracassa na votação.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, impediu a derrota. Após perceber que havia risco de a proposta não ser aprovada, Maia encerrou a sessão. Seria muito ruim para a nova equipe um fiasco logo no primeiro teste de votação de uma medida da agenda econômica depois da troca de comando com a saída de Henrique Meirelles e Dyogo Oliveira. A votação deve ficar para a próxima semana, mas a aprovação não está garantida. A área econômica vai suar a camisa, incluindo o Banco Central, que tem sido mais feliz na articulação com o Congresso.

Na briga com os parlamentares, Guardia tem em sua defesa o presidente da Câmara, com quem estreitou ainda mais as relações depois de assumir o cargo e tem feito visitas recentes, sem a presença de outras lideranças importantes.

Além de gostar do ministro, o parlamentar fluminense é um dos principais adversários políticos na Casa de Jovair Arantes, líder do PTB e crítico aberto do ministro da Fazenda.

Como já era mais do que esperado em ano eleitoral, a insatisfação política com a área econômica é grande. E as razões de alguma forma sempre batem no caixa do governo. Os parlamentares querem desbloquear o Orçamento apertado, liberar emendas e mais recursos para os Estados com crédito barato, além de adotar medidas populares. Tudo a tempo de mostrar serviço para os eleitores na campanha.

Sem espaço de negociação, avançam em pautas que colocam em risco o que já foi feito para o equilíbrio das contas públicas e que se mostra ainda bastante frágil. A votação em comissão do Senado do projeto que libera o saque do FGTS para o trabalhador que pedir demissão é uma prova dessa movimentação. A proposta pode avançar e impor ao presidente o desgaste de barrar essa medida com apelo popular.

A derrota mais certa que se avizinha é o projeto de reoneração da folha de pagamento das empresas. É uma bola cantada desde o ano passado. O governo precisa aprovar esse projeto para abrir espaço de R\$ 16 bilhões no teto de gastos de 2019, como reforçou o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

O teto restringiu a apenas R\$ 98,4 bilhões o volume de despesas que o governo terá liberdade para administrar, aqueles gastos não obrigatórios. É o mesmo patamar de 10 anos atrás - nível que não permite a máquina rodar.

Pegou muito mal o discurso dos novos ministros de que o "fiscal" (forma de se referir às contas públicas) de 2018 estava resolvido, mesmo sem os recursos da privatização da Eletrobrás. Passou a impressão de que o importante era chegar vivo até o fim o ano sem se importar com a "herança" para o próximo presidente da República.

Essa falha na comunicação já percebida pelos mais atentos observadores do mercado financeiro, que veem com preocupação e desânimo a paradeira dos investimentos e o risco cada vez mais evidente de um crescimento bem mais tímido da economia em 2018, longe de um PIB mais robusto, acima de 3%.

Como em 2014, o tamanho da bomba para o colo do próximo presidente está só crescendo.

É COLUNISTA DO BROADCAST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor:****Título: PSB vê Barbosa alinhado à sua diretriz econômica**

Presidenciável. Ex-ministro, que se define como social-democrata, recebe documento com propostas da sigla; em reunião com cúpula partidária diz que ‘ainda não é candidato’

O PSB considera que o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa está alinhado às diretrizes do partido para a economia. Barbosa, que poderá disputar a Presidência pela legenda, costuma se definir como um social-democrata, adepto da responsabilidade fiscal, mas defensor de um Estado indutor do desenvolvimento social. A um interlocutor, o ex-ministro do STF afirmou que sua história de vida, marcada pela superação da pobreza, não lhe permite abraçar um projeto ultraliberal ou defender o “capitalismo selvagem”. No encontro com a cúpula e os principais líderes do partido, ontem, em Brasília, Barbosa recebeu a cópia de um documento da Fundação João Mangabeira – braço teórico do PSB – com os princípios que devem nortear o eventual futuro programa de governo da legenda (mais informações nesta página).

O nome de Barbosa ganhou força como candidato à Presidência após a mais recente pesquisa Datafolha, na qual alcança entre 8 e 10 pontos percentuais de intenção de voto. Na reunião do PSB, o ex-ministro do STF frustrou correligionários mais animados ao não assumir a pré-candidatura. “Há dificuldades dos dois lados. O partido tem sua história e eu tenho minhas dificuldades do lado pessoal. Não convenci a mim mesmo que devo ser candidato.” Ele, porém, não escondeu a satisfação com o desempenho na pesquisa. “Olha, para quem não frequenta ambientes públicos, órgãos públicos, não dá entrevista, leva uma vida pacata, está muito bom, né?” Resistências internas ao nome de Barbosa, concentradas nos governadores Márcio França (São Paulo) e Ricardo Coutinho (Paraíba), são consideradas pontuais pela direção da sigla.

Convergência. A avaliação é de que a candidatura depende do ex-ministro. No longo processo de negociação que culminou com a sua filiação, há cerca de duas semanas, Barbosa ouviu e defendeu teses alinhadas com o pensamento majoritário do PSB, conforme dirigentes socialistas. Nas conversas com deputados e dirigentes, Barbosa defendeu programas de transferência de renda, ampliação do acesso às universidades, manutenção do Bolsa Família e admitiu um projeto de privatização que não chegue a setores estratégicos.

“A posição que o Joaquim nos colocou sobre privatização é a mesma que a nossa: não tem que ficar com o setor de portos, aeroportos e estradas”, disse o líder do PSB na Câmara, Júlio Delgado (MG). Neste caso, estatais como Petrobrás e Eletrobrás ficariam fora do programa. Outro tema tratado nas conversas reservadas entre o ex-ministro do STF e o PSB foi a reforma da Previdência. Quando integrava o Supremo, Barbosa votou pela constitucionalidade da cobrança de contribuição previdenciária de servidores aposentados, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Mais recentemente, ele já se manifestou a favor de uma reforma do sistema de aposentadorias, mas contra o projeto do governo de Michel Temer.

“Joaquim nos disse que essa proposta apresentada não rompeu com privilégio nenhum. Faz com que os pobres coitados pendurados no teto do INSS tenham que pagar pela reforma”, disse Delgado. Segundo ele, Barbosa defende uma reforma “escalonada, não de uma vez”, que respeite “o direito adquirido”. Barbosa não indicou aos interlocutores um economista de referência ou uma escola ou corrente de preferência. O PSB não tem hoje um nome majoritário. O último foi Luciano Coutinho, que se afastou da legenda após ingressar nos governos petistas. Segundo o secretário-geral da legenda e presidente da Fundação João Mangabeira, Renato Casagrande, a intenção é que o ex-ministro se reúna com diversos economistas nos próximos meses. Ele poderá se encontrar com Armínio Fraga, que presidiu o Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso.

No início de março, o 14.º congresso nacional do PSB marcou um “reencontro” do partido com a sua origem de centro-esquerda. No documento Projeto Brasil – entregue ontem a Barbosa e aprovado no congresso –, o partido defende propostas como uma “política fiscal contracíclica” e aumento dos tributos sobre patrimônio e renda. “Não é ainda o programa de governo, mas é um projeto de longo prazo e a visão política e econômica do PSB”, disse Casagrande. / PEDRO VENCESLAU, JULIA LINDNER, ISADORA PERON, IRANY TEREZA e EDUARDO KATTAH

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Neoenergia eleva proposta para compra da Eletropaulo

Empresa, controlada pela espanhola Iberdrola, subiu a oferta para R\$ 29,4 por ação e superou a italiana Enel

A Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, elevou a oferta para comprar a Eletropaulo. Ontem, depois da reunião do Conselho de

Administração, a empresa anunciou que o preço anterior de R\$ 25,51, feito na terça-feira, foi aumentado para R\$ 29,4 por ação. O valor é 5% superior à proposta feita pela italiana Enel, de R\$ 28.

O contra-ataque da Neoenergia ocorreu um dia depois de a Enel melhorar as condições de sua oferta. Na quinta-feira, a empresa elevou de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,5 bilhão o aumento de capital que fará caso vença a disputa pela distribuidora paulista - hoje a maior da América Latina. Atualmente a italiana controla três distribuidoras no Rio de Janeiro, Ceará e Goiás. A Neoenergia detém a concessão de quatro concessionárias Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Com a forte competição travada nos últimos dias, as ações da concessionária terminaram a semana com alta de 31,77%, cotada em R\$ 28,99. A primeira proposta pela compra da Eletropaulo, de R\$ 19 por ação, foi feita pela Enel, no fim de março. Mas a mineira Energisa, que controla nove distribuidoras no País, elevou o patamar das negociações ao fazer uma oferta vinculante - prática pouco usual no Brasil. Segundo fontes, o preço de R\$ 19,38 foi considerado baixo, mas mudou o ambiente das negociações.

Após o movimento da empresa nacional, a Neoenergia fez sua primeira proposta, de R\$ 25,51 por ação, superada no mesmo dia por nova oferta da Enel, de R\$ 28. Por ora, ninguém no mercado descarta que novos lances possam ser dados nos próximos dias para ficar com a Eletropaulo.

Interesse. Segundo especialistas, os atrativos da distribuidora são muitos. O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, destaca que a área atendida pela empresa tem elevado consumo e inadimplência baixa. Além disso, a base de ativos (usada para a revisão tarifária) é baixa por causa da falta de investimentos. "O novo dono vai entrar, fazer vários investimentos e elevar a tarifa, hoje uma das menores do País", explica o executivo.

A Eletropaulo, cujos principais acionistas são a americana AES e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem cerca de 18 milhões de clientes em 24 municípios de São Paulo e fatura R\$ 21 bilhões.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Decreto pode atrasar venda da Eletrobrás

Uma ressalva colocada no decreto que autoriza o início dos estudos técnicos para venda da Eletrobrás, publicado ontem no Diário Oficial da União, suscitou dúvidas entre os especialistas e pode, na pior das hipóteses, atrasar a privatização da estatal. O decreto destaca que a qualificação da Eletrobrás no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e sua entrada no Plano Nacional de Desestatização (PND) permitem o início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes, conduzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas acrescenta, no fim da frase, a sentença “tão logo seja aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei no 9.463 de 2018”, que trata da privatização da empresa.

Como há resistência entre os parlamentares para votar a medida antes das eleições, a ressalva pode, em vez de agilizar, atrasar os processos de privatização da estatal. Para Thais Prandini, diretora da Thymos Energia, a construção do texto faz parte do jogo. “Era difícil ser diferente. Haveria uma reação muito grande do Congresso. Para sair o decreto, tinha que haver esse respeito ao poder Legislativo”, avaliou. Segundo ela, há uma visão entre especialistas de que só é possível contratar os estudos depois que sair a lei, e outra em que só o decreto permite iniciar os estudos. “Particularmente, acho que muita coisa pode ser resolvida com o decreto, que serviu ao propósito. Podia ser melhor se não tivesse aquela frase”, destacou.

Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira das Comercializadoras de Energia (ABCE), disse que a frase retarda os estudos. “Se é o que está escrito, não adianta, será necessário aguardar a aprovação”, avaliou. Vivan torce pela privatização, por considerar a medida necessária, uma vez que o governo não tem mais recursos para investir, e a Eletrobrás é uma empresa essencial que precisa manter sua relevância. “Com o endividamento, a gestão do passado e a utilização política, a estatal se tornou um peso muito grande. Mantê-la na mão do Estado é reduzi-la. Por ironia, um governo de esquerda enterrou qualquer chance de a empresa continuar estatal”, opinou.

Na avaliação de Rodrigo Leite, especialista em energia e sócio do Leite Roston Advogados, com a ressalva a aprovação do Congresso é fundamental. “Não sei se a redação foi infeliz, mas, cá entre nós, pode atrapalhar, porque gera uma possibilidade de interpretação política”, afirmou.

Petroleiros protestam em SP

Petroleiros das refinarias da Petrobras em Paulínia (Replan) e Mauá (Recap), em São Paulo, fizeram manifestações ontem para protestar contra a privatização de quatro refinarias da estatal, anunciada na véspera. Segundo o Sindicato dos Petroleiros Unificado de São Paulo, os trabalhadores do administrativo e do turno atrasaram o início do expediente em solidariedade aos companheiros das

unidades que estão na lista de privatização. De 30 de abril a 12 de maio, os sindicatos ligados à Petrobras farão assembleias para aprovar uma greve geral por tempo indeterminado.

MME / ASCOM .